

PMDB pode obstruir mudança de regimento

Da sucursal de
BRASILIA

Para permitir que o vice-líder governista José Lins (PDS-CE) apresentasse o seu anunciado projeto de reforma do regimento interno, o Senado abriu a sessão de ontem com 20 minutos de atraso e com apenas nove senadores em plenário, quando o número mínimo é de 11 senadores, de acordo com o regimento que agora se pretende alterar. Os trabalhos foram iniciados pelo 1º vice-presidente, Passos Porto (PDS-SE).

O projeto poderá resultar num novo bloqueio oposicionista às votações da ordem do dia, já que o líder Humberto Lucena, que assumiu a liderança do PMDB na tarde de quinta-feira, advertiu que as minorias não concordam com um projeto de alterações do regimento que não seja resultado de um estudo prévio pelas lideranças partidárias. A proposta de Lins permanecerá na mesa por três sessões, para recebimento de emendas.

Muitos dos dispositivos que o projeto quer introduzir foram inspirados no regimento interno da Câmara dos

Deputados, que é mais rigoroso que o do Senado. O autor do projeto observa, a propósito, que o regimento da Câmara, "ao longo dos tempos, tem demonstrado ser mais adequado ao processo legislativo".

De acordo com a proposição de José Lins, os senadores já não poderão discursar para as chamadas "declarações de voto", expediente de que se valem as oposições quando querem obstruir as votações. O atual regimento permite os discursos para declaração de voto por cinco minutos.

O uso da palavra será também mais restritivo na discussão e no encaminhamento dos projetos, antes das votações. Na discussão, o tempo de cada orador é reduzido de meia hora para 20 minutos, enquanto no encaminhamento o tempo cai de 10 para 5 minutos.

Os senadores também não poderão falar contra proposições já vencidas, mesmo em explicação pessoal. Mas, em favor dos líderes, houve um acréscimo no artigo 67, permitindo-lhes o uso da palavra também para, em caráter preferencial, discutir e encaminhar matérias em exame no plenário.

O projeto altera também as normas para a formulação de questões de or-

dem durante as votações, tornando irreversíveis as decisões do presidente a respeito.

NILO

O senador Nilo Coelho, do PDS de Pernambuco, foi ontem mantido na liderança governista do Senado, cargo que exerce desde o ano passado, por indicação da bancada de seu partido.

O comunicado à mesa, lido no início da sessão, foi subscrito por 30 senadores do PDS, cuja bancada é integrada por 36 membros. Os seis que não assinaram o documento poderão subcrevê-lo a qualquer momento.

Também foram lidos na sessão de ontem os expedientes, formalizados na véspera, pelo PMDB, indicando o senador Humberto Lucena para a liderança do partido, e pelo extinto PP, comunicando a incorporação à legenda peemedebista.

A mesa acusou, igualmente, o recebimento de expediente em que o senador Hugo Ramos, do Rio de Janeiro, comunica o seu desligamento do PDS e filiação ao PTB, do qual se declarou líder, diante da condição, por ele alegada, de único representante do partido no Senado.

Apesar da leitura desse documento,

os jornais de ontem divulgaram nota oficial do PTB fluminense, recusando a filiação de Hugo Ramos ao partido.

ACUSAÇÃO

O deputado Elquisson Soares (PMDB-BA) foi ontem acusado pelo deputado Ângelo Magalhães (PDS-BA) — irmão do governador baiano Antonio Carlos Magalhães — de não ter "autoridade moral para falar na Câmara dos Deputados" porque, quando deputado estadual em seu Estado, deixou de apresentar declarações de renda. "Afirmo — acrescentou — que pelo menos em dois anos ele não cumpriu essa obrigação de todo cidadão, mas principalmente de um deputado representante do povo."

Ângelo Magalhães fez essas acusações num discurso de apenas 13 linhas que leu ontem na Câmara, mas assinou: "Por hoje é só, mas tem mais". Ele se mostrava irritado porque Elquisson Soares, na véspera (ontem não se encontrava em plenário), criticara o governador Antonio Carlos Magalhães, dizendo que até a tradicional festa da lavagem das escadarias da Igreja do Bonfim ele procura fazer passar como realização do seu governo.